

Governo já admite novas alternativas

■ Fernando Henrique volta a negar pacote, mas garante ter carta branca para adotar a qualquer momento as medidas necessárias

Brasília — Josemar Gonçalves

BRASÍLIA — O ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, fez ontem um pronunciamento que deixou dúvidas sobre sua decisão de fazer um pacote de medidas econômicas: apesar de continuar afastando formalmente a ideia, o ministro advertiu que não terá constrangimentos de agir ao contrário. "Não vou me afastar do que tenho dito. O que não quer dizer que não se possa, diante de situações, dizer de novo: Olha, pensava assim, mas tive de fazer de outra maneira por tal ou tal razão." Ao falar a governadores na solenidade de renegociação das dívidas estaduais, Fernando Henrique reafirmou a política de enfrentar e combater os especuladores e, para isso, disse contar com total apoio do presidente Itamar Franco, inclusive para aumentar ou baixar juros.

O ministro alertou os especuladores de que o governo saberá lidar com eles, depois de questionar por três vezes porque a inflação tem apresentado índices crescentes. "Por que, se não há qualquer descontrol nas finanças públicas? Aliás, temos informações de que a inflação apresenta tendência de estabilização e declínio." Para ele, quem apostar na inflação "vai perder o jogo". Fernando Henrique afirmou que o presidente Itamar Franco "é o senhor da situação" e não se aflige se precisar de mais

tempo para fazer o ajuste das contas públicas, "desde que seja pelo interesse público". Quanto aos especuladores, ele não mencionou qualquer medida que possa ser adotada pelo governo.

Ansiedade — O ministro voltou a dizer que não aceita pressões para adotar um pacote econômico "daqueles que duram apenas um mês". Ao seu lado, o governador de Goiás, Íris Resende (PMDB) e alinhado ao governador de São Paulo, Luis Antônio Fleury, deu um sorriso constrangido, mas não fez qualquer comentário. Fernando Henrique reafirmou que sua equipe continua decidida a fazer um ajuste fiscal para derrubar a inflação de forma definitiva.

"Estamos chegando a uma situação em que as populações pobres chegaram ao seu limite" e lamentou que as pessoas que remarcam preços não se importem com o que acontece com quem mal consegue sobreviver.

Desabafo — Para o ministro, os especuladores se aproveitam até de fatos cotidianos na vida de um casal, como sua ida ao cinema no último domingo, para ganhar dinheiro. Lembrou que quando saiu para o cinema "logo imaginaram que haveria alguma reunião secreta com a equipe econômica para fazer um pacote". Citou ainda sua via-

gem ao Rio, ontem. "Basta o ministro ir visitar suas netas no Rio para que imaginem que não. Dizem que, se ele vai visitar as netas, é porque vai fazer um pacote. Assim não dá."

Depois de anunciar que a nova fase do programa de privatização, a ser revelada nos próximos dias, irá gerar dinheiro para ajudar a reduzir o déficit das contas públicas mas apenas no ano que vem, o ministro disse esperar boa vontade do Congresso para encontrar fórmulas para equilibrar o orçamento de 1994 — com déficit previsto entre US\$ 10 bilhões e US\$ 30 bilhões, dependendo da metodologia utilizada.

□ O governo enviará à aprovação do Conselho Monetário Nacional proposta autorizando a rede bancária a refinanciar as dívidas dos produtores de cacau, conforme as regras do crédito rural. Os produtores refinanciarão seus débitos, estimados em US\$ 70 milhões, com juros de 9% a 12,5% acima da TR e com carência de dois anos, dependendo do porte dos plantadores. Há anos eles vinham tentando achar solução para a queda das cotações do produto no exterior.



Com governadores, ministro fez um alerta a quem vive da especulação

Acordo marca fim do calote

BRASÍLIA — Os representantes de 11 estados, do Distrito Federal e dos municípios de Itacoatiara (AM) e Campo Grande (MS) assinaram ontem o compromisso para o refinanciamento, por 20 anos, de suas dívidas com a União. O ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, presidiu a solenidade, ao lado dos governadores de Pernambuco, Joaquim Francisco, do Espírito Santo, Albuino Azere-do, de Goiás, Íris Resende, de Sergipe, João Alves, do Mato Grosso, Jaime Campos, de Tocantins, Moisés Avelino, e de Alagoas, Geraldo Bulhões. "O calote não será mais um mecanismo de sobrevivência dos estados", comemorou o ministro. Os estados que aderiram ontem à rolagem devem US\$ 5 bilhões aos bancos federais. O governo exigiu que eles pagassem imediatamente US\$ 25 milhões, a primeira das 240 prestações do refinanciamento.

O secretário executivo da Fazenda, Clóvis Carvalho, destacou que, agora, os estados não terão como atrasar seus pagamentos. O termo de compromisso e a lei aprovada na Câmara vincularam receitas dos estados como garantias reais do pagamento.

Cardoso aprova redutor em tarifa

BRASÍLIA — O ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, disse ontem que o governo poderá adotar um redutor para a correção de tarifas públicas desde que os empresários estejam dispostos a adotar o mesmo esquema para seus preços. Fernando Henrique explicou que o redutor deverá fazer parte de um esforço espontâneo do empresariado. "Se esse esforço for para baixar preços, acho ótimo. O governo está confiante de que o Brasil vai se resolver pelo esforço de decisão dos agentes econômicos", pontificou.

Fernando Henrique fez questão de deixar claro que o governo não irá tomar medidas unilaterais para resolver a questão dos preços e tarifas públicas. "Eu já disse que nossa política é de respeito ao mercado. A

imposição não é o caminho", afirmou. A ideia do redutor foi anunciada pelo ministro da Indústria e Comércio, José Eduardo Andrade Vieira, como uma forma de dissipar expectativas inflacionárias. Ele também assegurou ontem que o governo não fará nada unilateralmente.

Debate — Vieira esclareceu que o governo ainda não tomou uma decisão sobre a aplicação do redutor. "O ministro Fernando Henrique Cardoso me pediu para iniciar a discussão desse assunto junto aos empresários", informou. Segundo ele, o redutor já está sendo debatido com os setores automotivo e agroindustrial.

O redutor funcionaria a exemplo do que vem sendo praticado em relação aos salários. Desde o início

de agosto, os salários estão sendo reajustados com base no percentual da inflação do mês anterior que supera os primeiros dez pontos percentuais do índice. Segundo Vieira, a utilização do redutor só teria sentido se fosse adotada ao mesmo tempo para preços e tarifas públicas.

O ministro da Indústria e Comércio explicou que a medida teria condições de funcionar a partir de outubro, quando o governo deverá ter concluído o processo de alinhamento das tarifas públicas. As últimas tarifas a se alinharem serão as de telecomunicações e de energia elétrica, que ainda terá no próximo mês aumento de 8,75% acima da inflação.



Borelli: ideia é coerente porque salários são reajustados dessa maneira

Borelli apóia proposta

O ministro do Trabalho, Walter Borelli, lembrou ontem, na Faculdade de Economia e Administração da UFRJ, onde participou da abertura do 3º Encontro Nacional de Estudos do Trabalho, que foi o primeiro a defender um redutor para preços e tarifas já que os salários são reajustados dessa maneira. Segundo seus cálculos, com inflação mensal de 30%, a despesa da folha salarial no custo das empresas cai em média 2,25%, o que poderia

representar uma queda nos preços na mesma proporção a cada mês, sem contar a aplicação do redutor também nas tarifas públicas.

Borelli explicou que o custo salarial aumenta menos do que as taxas que as empresas utilizam para formar seus preços. "Se houvesse transparência no mecanismo de formação de preços, já teria havido uma baixa nos últimos dois meses só por conta da política salarial, o que não ocorreu na prática", afirmou o ministro.

Técnicos pedem ajuste

SÃO PAULO — "Não passa de uma proposta. De concreto, o governo ainda não fez nada. Só dá certo se houver o ajuste geral e sintomas de equilíbrio da economia a longo prazo." Foi assim que reagiram os técnicos do Dieese e da Fipe à pretensão do ministro da Indústria e do Comércio, José Eduardo Andrade Vieira, de aplicar um redutor nos reajustes das tarifas públicas a partir de outubro.

Para Mauricio Soares, diretor do Dieese, toda medida de combate à inflação é bem-vinda. No caso, porém, ele só vê um balão de ensaio. Segundo Heron do Carmo, técnico da Fipe, o sucesso de um redutor para tarifas e preços depende de outros gestos do governo. "Entre eles a flexibilização do câmbio, a privatização, o fechamento do financiamento aos bancos estaduais, um Orçamento sem buracos e mudanças na Previdência".